



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 11, v. 2 mai. -out. 2019

p. 01-16.

Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos

Melissa Bittencourt Jaeger¹

Geni Nuñez Longhini²

João Manuel de Oliveira³

Maria Juracy Filgueiras Toneli⁴

RESUMO: Neste artigo as pessoas autoras discutem aspectos centrais das noções de bissexualidade, bifobia e monossexismo. Para isso, elaboram uma contextualização histórica do termo bissexual e seus principais usos, além de localizarem a emergência do movimento bissexual e realizarem uma breve definição de bifobia e monossexismo. Em um segundo momento, inspiradas em pensadoras/es das perspectivas *queer* e decolonial, problematizam os enquadramentos do monossexismo em um campo maior de saber-poder, analisando questões de apagamento e erotização das bissexualidades tanto no contexto heterossexual como nos movimentos LGBT. Tais reflexões sugerem a necessidade de que a discussão acerca das bissexualidades nos meios ativistas e/ou acadêmicos seja ampliada com vistas a um maior combate às violências bifóbicas e ao monossexismo colonial.

PALAVRAS-CHAVE: bissexualidade; bifobia; monossexismo; movimento LGBT.

Abstract: In this article authors discuss central aspects of bisexuality, biphobia and monosexism. Therefore, they elaborate a historical contextualization of the bisexual term and its main uses, besides locating the emergence of bisexual movement and realizing a brief definition of biphobia and monosexism. In a second moment, inspired by queer and decolonial thinkers, they problematize the frames of monosexism in a larger field of power/knowledge, analyzing issues of erasure and eroticization of bisexualities in both heterosexual and LGBT contexts. Such reflections suggest that it is necessary to discuss bisexualities in the activist and/or academic circles so that the debate can be expanded in order to combat biphobic violence and colonial monosexism.

Keywords: bisexuality; biphobia; monosexism; LGBT movement.

Resumen: En este artículo las personas autoras discuten aspectos centrales de las nociones de bisexualidad, bifobia y monossexismo. Para tanto, elaboran una contextualización histórica del término bissexual y sus principales usos, además de localizar la emergencia del movimiento bissexual y realizar una breve definición de bifobia y

¹ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: melissa_jaeger@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: geninunez@gmail.com

³ Doutor em Psicologia Social e Organizacional pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de Portugal, e professor visitante associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: joao.m.oliveira@gmail.com

⁴ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: juracy.toneli@gmail.com

Recebido em 20/09/18

Aceito em 29/08/19



PERIÓDICUS

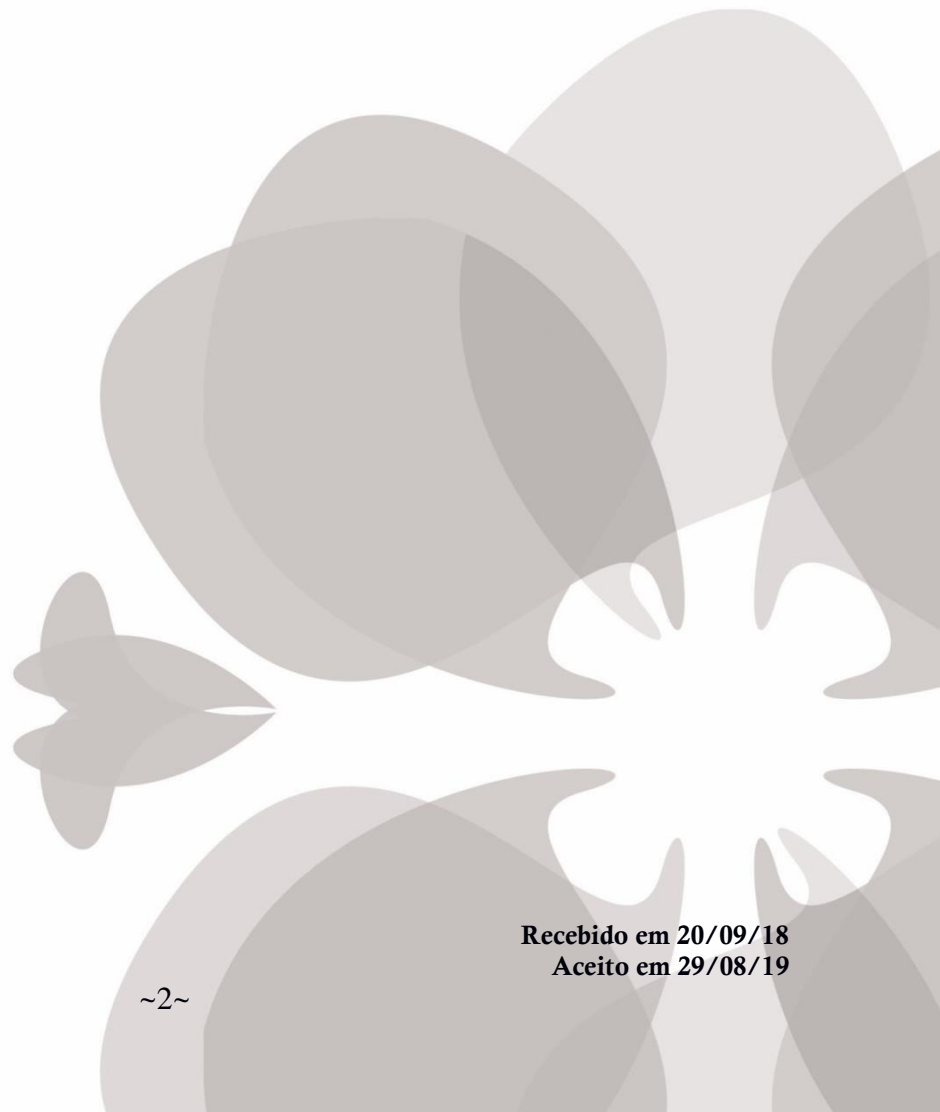
ISSN: 2358-0844

n. II, v. 2 mai. -out. 2019

p. 01-16.

monosexismo. En un segundo momento, inspiradas en pensadoras/es de las perspectivas queer y decolonial, problematizan los marcos del monosexismo en un campo mayor de saber/poder, analizando cuestiones de borradura y erotización de las bisexualidades tanto en el contexto heterosexual como en los movimientos LGBT. Tales reflexiones sugieren la necesidad de que la discusión sobre las bisexualidades en los medios activistas y/o académicos sea ampliada con vistas a un mayor combate a las violencias bifóbicas y al monosexismo colonial.

Palabras clave: bisexualidad; bifobia; monosexismo; movimiento LGBT.



Recibido em 20/09/18
Aceito em 29/08/19

Abrimos esta discussão lembrando que, apesar das mudanças contemporâneas em relação às concepções de infância, às organizações familiares e às normas educativas das sociedades ocidentais, a matriz heteronormativa e binária de gênero ainda segue intensa com suas prescrições e efeitos (TONELI, 2012).

Quando se fala em práticas sexuais não-heteronormativas, as bissexualidades e outras sexualidades fluidas ainda parecem ocupar uma zona ininteligível. De fato, as práticas bissexuais foram relatadas, ao longo do tempo, e ainda são, de forma marginalizada, como práticas sexuais ilegítimas, relacionadas à não monogamia⁵, à infidelidade e à transmissão de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis)⁶. Considerada como ambivalente, a bissexualidade, quando não invisibilizada na cultura heteronormativa e binária, é vista como uma orientação sexual duvidosa e polêmica. Assim, frente ao par heterossexual/homossexual, a possibilidade de pluralizar o objeto de desejo tem produzido tensões e conflitos nos movimentos LGBTs (LEWIS, 2012; CAVALCANTI, 2007; SEFFNER, 2004).

No que se refere à produção científica brasileira, de um modo geral, a bissexualidade tem aparecido em segundo plano, junto com a discussão das homossexualidades e das lesbianidades ou como parte de uma lista de categorias identitárias (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais). Além do mais, tem sido associada à uma fase imatura a ser superada (pelos discursos psicanalíticos) e a comportamento de risco, ISTs aids/HIV (pelos discursos da saúde). Considerando a hegemonia dos discursos discriminatórios acerca das bissexualidades presentes tanto na produção científica brasileira como na sociedade contemporânea de modo geral, este artigo busca problematizar questões específicas de bissexualidade, bifobia e monossexismo.

Bissexualidade, etimologia e movimento bissexual ao longo do tempo

Atualmente, a palavra bissexualidade tem sido usada como um termo “guarda-chuva” para se referir à sexualidade de pessoas que sentem atração sexual e/ou afetiva por mais de um gênero, incluindo outras identidades não monossexuais como pansexualidade, polisssexualidade e sexualidade fluída (FLANDERS, 2017; EISNER, 201). No entanto, historicamente, esse termo teve outros

⁵ Nesse contexto trata-se de uma associação pejorativa, visto que a não monogamia nas sociedades ocidentais costuma ser entendida como algo menos verdadeiro, ilegítimo.

⁶ Desde 2016, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST do Ministério da Saúde passou a usar a nomenclatura IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no lugar de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A alteração da sigla foi realizada em função do termo doença se referir a sintomas e sinais já visíveis no organismo, sendo inadequado para se referir as infecções em períodos assintomáticos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).



significados. Do século XVII ao século XX, o termo bissexualidade foi usado para se referir a corpos que possuíam uma genitália que não era entendida nem como feminina, nem como masculina (LEWIS, 2012). Ou seja, ao estado que hoje chamamos de intersexual (MACHADO, 2005). A partir do final do século XIX, a medicina começou a usar esse termo para se referir também àquelas pessoas que expressavam características femininas e masculinas psicologicamente (CALLIS, 2009). O psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing – que classificou as sexualidades em sua obra *Psicopatia do sexo* (PRECIADO, 2015) –, denominou essa combinação psicológica de “hermafroditismo psicosssexual”. Posteriormente, Freud retomou essa noção em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* por meio do conceito de “hermafroditismo psíquico” (LEWIS, 2012).

Somente no início do século XX alguns cientistas começaram a usar o termo bissexual para se referir a pessoas que sentiam atração por homens e mulheres. Apesar disso, a bissexualidade não foi considerada como uma modulação de uma sexualidade plena e madura, mas como um estágio do desenvolvimento sexual. O sexólogo Havelock Ellis, por exemplo, presumia que os sujeitos começavam a vida como bissexuais e, posteriormente, desenvolviam uma atração específica por um dos sexos. De maneira semelhante, Sigmund Freud pensava que os sujeitos teriam uma “predisposição originariamente bissexual” e com o amadurecimento viriam a ser heterossexuais ou homossexuais (CALLIS, 2009).

Nessa época, as práticas bissexuais não eram consideradas como uma sexualidade em si, mas entendidas como um estágio do desenvolvimento, uma pré-sexualidade e classificadas nos termos da heterossexualidade e da homossexualidade (CALLIS, 2009). Mesmo nos dias de hoje, essas perspectivas seguem tendo repercussão nos discursos contemporâneos que negam a existência das bissexualidades e que insistem em classificar os sujeitos como heterossexuais ou homossexuais.

Apesar do termo bissexual ter sido usado somente no século XX para se referir a sexualidade das pessoas que sentem atração por mais de um gênero, as práticas que hoje chamamos de bissexuais já haviam sido relatadas em outras épocas e em outras culturas, como na antiguidade grega, japonesa e romana e em rituais de povos indígenas. Tanto na mitologia grega como na mitologia romana, por exemplo, a “bissexualidade” costumava estar presente na sexualidade das deusas e dos deuses (LEWIS, 2012). Além disso, na Grécia Antiga, era socialmente aceito que homens gregos amassem, ao mesmo tempo ou em momentos diferentes da vida, homens e mulheres (FOUCAULT, 1984).

Ainda que existissem relatos dessas práticas ao longo do tempo e em grupos culturais distintos, a palavra bissexualidade começou a ser usada como uma classificação da sexualidade e



como uma categoria identitária somente no século XX. No início dos anos 1970, algumas pessoas passaram a se entender como bissexuais e começaram a se articular politicamente já que se sentiam insatisfeitas com o movimento gay e lésbico. Nesse contexto, alguns coletivos bissexuais foram criados nos Estados Unidos da América, como o *Bisexual Forum*, em Nova York, e o *Bisexual Center*, em São Francisco. De modo geral, esses coletivos tinham como objetivo criar espaços de sociabilidade para as pessoas que se entendiam com bissexuais e lutar pelo seu reconhecimento dentro da comunidade lésbica e gay (LEWIS, 2012; CALLIS, 2009).

Nessa época, no Brasil, as pessoas que se entendiam como bissexuais eram vistas pelo movimento homossexual brasileiro como “enrustidas”, “dentro do armário” ou “em cima do muro”. A partir dos anos 1980, com o surgimento da aids, - a chamada “peste gay” – as pessoas bissexuais passaram a ser acusadas de fazerem a “ponte bissexual do HIV” entre o mundo homossexual e o mundo heterossexual. Mesmo nos dias de hoje, apesar da aids ter deixado de ser chamada de “peste gay”, a noção de que a prática bissexual contamina e de que bissexuais são “vetores de doenças” permanece presente no movimento LGBT, marcando essas pessoas como “perigosas”. No raciocínio de algumas lésbicas, por exemplo, as mulheres bissexuais são consideradas como potenciais transmissoras de doenças – contagiosas – por se relacionarem com homens cisgêneros⁷ (FACCHINI, 2004).

No intuito de problematizar essas questões, no início dos anos 2000, pessoas que se entendiam como bissexuais começaram a se organizar politicamente e a exigir reconhecimento no/pelo movimento social brasileiro. Desde então, vários coletivos de ativismo bissexual foram criados, como o **Espaço B** da Associação da Parada GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros)⁸ de São Paulo, criado em 2004, o **Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB)** e o **Núcleo Bis** (Núcleo de Bissexuais de Brasília – Distrito Federal), criados em 2005, o coletivo **Bi-sides**, criado em 2010, o **Coletivo BIL (Coletivo de Bissexuais e Lésbicas)**, de Minas Gerais, criado em 2013, o **MovBi (Movimento de Bissexuais)**, de João Pessoa, criado em 2013, e o coletivo **Primavera Bissexual**, de São Paulo, criado em 2016. Dentre esses coletivos, atualmente estão ativos o Bi-sides, o Coletivo BIL, o MovBi e o Primavera Bissexual, sendo que o MovBi se tornou a primeira ONG brasileira de bissexuais (BI-SIDES, 2014).

Esses coletivos têm denunciado as discriminações relacionadas às bissexualidades, lutado

⁷ O termo cisgênero se refere a uma pessoa cuja identidade de gênero está “de acordo” com o sexo/gênero que lhe foi atribuído no nascimento (EISNER, 2013). Esse termo tem sido usado pela comunidade trans desde os anos 1990, mas somente a partir de 2007 começou a aparecer em textos teóricos acadêmicos (POSSO & FURCIA, 2016).

⁸ Em 2004, o movimento social de pessoas dissidentes das normas de gênero e de sexualidade empregava a letra G na frente da sigla. Somente mais tarde que a sigla mudou de GLTB para LGBT.



contra o apagamento e a exclusão das mesmas e buscado reconhecimento tanto no contexto heterossexual como nos espaços do movimento LGBT. Para isso, têm proposto discussões sobre o tema e reivindicado a inclusão de suas pautas nos encontros, seminários e espaços de representação política para pessoas LGBTs. Têm exigido, também, o reconhecimento do termo **bifobia** para se referir a discriminações específicas dirigidas a pessoas que se entendem como bissexuais.

No que se refere ao termo bifobia, é importante lembrar que o sufixo “fobia” foi cunhado pelo psicólogo George Weinber, que utilizou a expressão homofobia para identificar uma “personalidade homofóbica” (RIOS, 2009). Desse modo, o termo carrega uma herança psicopatológica, que marca uma especificidade da homofobia em relação a outras violências, como o racismo, o machismo, entre outras. Essa caracterização psicopatológica por vezes dificulta determinados enfrentamentos do ponto de vista de uma responsabilização coletiva e social. Diversos teóricos (JUNQUEIRA, 2009; RIOS, 2009) indicam que o termo mais adequado do ponto de vista do enfrentamento sócio-histórico seria heterossexismo. No entanto, esse termo não teve a mesma disseminação que homofobia, de modo que, para diversos setores ativistas, a nomeação com o sufixo “fobia” foi mantida apesar de suas problemáticas (JUNQUEIRA, 2009). Há que se pontuar ainda que por muito tempo, e por vezes atualmente, homofobia foi um termo que se pretendeu “guarda-chuva”, como se pudesse dar conta da violência sofrida tanto por homossexuais, quanto por pessoas trans, lésbicas, bissexuais e intersexuais. Isso reflete um certo protagonismo de homens gays cisgêneros⁹ por vezes tidos como o “sujeito universal” dos movimentos LGBTs¹⁰ (JUNQUEIRA, 2012). Assim, a disputa do termo “bifobia” por parte de pessoas bi se engendra nessa cena de tensões e desafios, em que os movimentos bissexuais vêm apostando na potência dessa nomeação mesmo com suas limitações.

De acordo com Ulrich Gooß (2008), o termo bifobia está relacionado ao processo de invisibilização e deslegitimação das experiências bissexuais, sendo usado para descrever reações negativas de pessoas heterossexuais, lésbicas e gays em relação às bissexualidades. Apesar desse entendimento ser amplamente empregado por pessoas que se entendem como bissexuais, é comum lésbicas e gays questionarem sua legitimidade por considerarem que bissexuais só sofrem discriminação quando estão em um relacionamento com uma pessoa do mesmo gênero. Nesse sentido, algumas pessoas lésbicas e gays têm sugerido que a discriminação sofrida por bissexuais seja resumida nos

⁹ Os autores que referenciamos nesse trecho não fazem uso do termo “cisgênero”, mas acreditamos que esta localização se faz necessária a nossos propósitos.

¹⁰ Compreendemos que o termo LGBT também tem suas problemáticas, visto que muitas vezes pretende, como “homofobia”, homogeneizar diferenças e especificidades por vezes irreconciliáveis.



termos da homofobia ou da lesbofobia.

Além da noção de bifobia, outro termo que se mostra cada vez mais presente na militância bissexual brasileira e nas discussões acadêmicas internacionais é o **monossexismo**, usado para se referir à crença social de que as monossexualidades¹¹ (heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades) são superiores e mais legítimas do que as não monossexualidades (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas) (ROSS, DOBINSON, & EADY, 2010). O monossexismo é pensado, de acordo com Shiri Eisner (2013), como uma estrutura social que presume que todas as pessoas sejam monossexuais e que trata como desvio as demais modulações da sexualidade. Ativistas de coletivos bissexuais brasileiros, como o coletivo Primavera Bissexual, o coletivo Bi-sides e o coletivo BIL, têm recorrido cada vez mais a esse conceito no intuito de problematizar questões de apagamento, invisibilização e marginalização das bissexualidades.

Considerando as questões apresentadas até aqui, neste artigo propomos uma reflexão teórica com alguns termos com prefixo “mono” e sua relação com as bissexualidades. Apostamos que a cultura ocidental, mais especificamente o colonialismo, impõe um modo de ser e estar no mundo focado em mono temas, mono afetos, mono deus, mono sexualidades, mono gamias. A teórica decolonial Maria Lugones nos convoca a pensar essas questões quando aponta que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (LUGONES, 2014, p. 935). A segurança ontológica do amor cristão, por exemplo, é monogâmica. Quanto mais Deus ama seu povo, tanto mais odeia os que não compõem a categoria de “seus” filhos. Nesse sentido, o valor afetivo se constrói desde uma lógica de propriedade privada, adaptada a um certo ideal burguês, machista e cristão para o qual os únicos sujeitos dignos de afeto e cuidado são os “próximos”. Assim, o povo de Deus, do deus cristão, é único, especial e, portanto, apenas ele será digno de entrar no reino dos céus (NIETZSCHE, 1999). Todos os demais não alçam o estatuto de privilégio, pois são tidos como “criaturas” e não como seus filhos. O posto de humanidade, no sentido da moral sexual cristã, não é garantido a qualquer humano, mas apenas àquele que se moldar à lógica monoteísta (BÍBLIA, 2008). Arriscamos dizer que as políticas identitárias usam um recurso semelhante a essa lógica cristã no que se refere a constituição das subjetividades.

Desde a década de 1970, as políticas identitárias têm sido pensadas como estratégia política

¹¹ O termo monossexualidade é usado para se referir a sexualidade das pessoas que sentem atração por apenas um sexo e/ou gênero e a não monossexualidade, por sua vez, indica a sexualidade das pessoas que sentem atração por mais de um sexo e/ou gênero (ROSS, DOBINSON, & EADY, 2010).



de luta pela emancipação e pela autonomia de sujeitos que buscam legitimidade e reconhecimento. No entanto, a partir do final do século XX, algumas autoras feministas, como Judith Butler (2003), têm apontado os limites das políticas identitárias ao analisarem os processos de homogeneização, exclusão e apagamento que acompanham as lutas identitárias tradicionais. Segundo Judith Butler (2003), os movimentos sociais que se baseiam em identidades universais e estáveis para alcançar visibilidade política acabam ignorando singularidades e excluindo sujeitos que não contemplem as exigências normativas de determinada identidade.

Podemos pensar que, embora a promessa de segurança existencial não seja cumprida pela identidade, ela segue como uma forte esperança de sossego em seus defensores mais ortodoxos. Esse conforto obtido mediante a adequação identitária parece ameaçado por tudo aquilo que de algum jeito venha denunciar sua ficção, de sorte que qualquer desvio desse roteiro precisa ser escondido ou minimizado. O apagamento é uma estratégia de ação política não só direcionada aos grupos que pretende apagar, mas também, e especialmente, volta-se para si, garantindo que as fronteiras do território da propriedade privada identitária estejam salvaguardados dos invasores, das pretensas ameaças. Dessa forma, o saldo da economia em desmerecer pessoas bissexuais retorna em elogio de si, ilustramos: se pessoas bissexuais são vetores de doença, as monossexuais são “limpas”; se pessoas bi não são confiáveis, as monossexuais o são; se bissexuais são confusas, a certeza se localiza nas monossexuais e assim por diante. Tem-se aqui, então, a operação que faz com que as não monossexualidades – dentre elas, a bissexualidade - atuem como o “exterior constitutivo” da monossexualidade. Isto é, o resto ontológico que sobra da composição do “nós”, em que aquilo que se nega é paradoxalmente parte de sua constituição. É preciso nos perguntarmos, portanto, a quem serve a bifobia.

Bifobia e bissexualidades: apagamento e deslegitimação

A expressão “apagamento bissexual” tem sido usada para se referir à falta de reconhecimento das bissexualidades e à negação sistemática de sua existência nas sociedades ocidentais (ERICKSON-SCHROTH & MITCHELL, 2009). É comum, como já mencionado, as bissexualidades serem consideradas como inexistentes ou como uma fase antes da pessoa se decidir entre a homossexualidade e a heterossexualidade. Segundo Kenji Yoshino (2000), esse processo de invisibilização das bissexualidades acontece por meio de um "contrato epistêmico de apagamento bissexual", para o qual contribuem pessoas que se entendem como heterossexuais, gays ou lésbicas.



No intuito de problematizar algumas questões acerca de bifobia e monossexismo, bem como suas relações com o apagamento, a invisibilização e a deslegitimação das bissexualidades, recorreremos à noção de **enquadramento**, de Judith Butler (2015). Dito brevemente, pensar questões de enquadramento é problematizar as condições de possibilidade para que determinadas vidas sejam tidas como legítimas, ao mesmo tempo em que se reflete sobre as marcas que excluem determinadas pessoas da posição de sujeitos dignos de cuidado e amparo.

Pensar as racionalidades que sustentam, por exemplo, que mortes por suicídio sejam menos “corretas” moralmente que mortes em guerra, pode ser um quadro interessante para ilustrar um enquadramento. Observamos nesse caso que não existe um luto neutro. Isto é, o que conta como “vida” não é de amplo consenso, mas algo politicamente enquadrado. Segundo Butler (2015), essa cena ilustra a existência de uma política que regula o alcance e a capacidade de reação moral diante de uma violência (a começar pelo enquadramento que permite que determinadas situações sejam entendidas e nomeadas como violentas). Nas palavras de Butler (2015, p. 68): “o que sentimos é parcialmente condicionado pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca e ... a forma de interpretar o que sentimos pode alterar, e na verdade altera, o próprio sentimento.”

Inspiradas nessa reflexão, pensamos que se o enquadramento das experiências e vidas das pessoas bi é realizado a partir de uma lente monossexual, o sofrimento dessas pessoas não chega a ser reconhecido. Isto é, a bifobia não é reconhecida. Para assegurar o não reconhecimento e a deslegitimação dessa expressão da sexualidade, é preciso que se fale dela sempre ou quase sempre desde um olhar de chacota e de menosprezo.

Conforme discutido, para algumas pessoas monossexuais, a única violência que bissexuais podem eventualmente sofrer é aquela que se poderia chamar lesbofobia ou homofobia, ou seja, violências que incidem sobre pessoas monossexuais, apagando assim a existência bissexual através do não reconhecimento da especificidade da violência sofrida. Não reconhecer a bifobia (ou quaisquer violências que atinjam pessoas bi) faz parte de um projeto que nos parece estar em uma agenda de ausência de luto. Segundo Butler (2015), para haver luto é preciso que se veja determinado ser vivo como uma vida legítima, sendo que a vida humana reconhecida de maneira ampla é, inevitavelmente, uma vida precária. Assim, é a partir do momento em que se reconhece a precariedade de uma vida que há um esforço para que haja condições dela ser mantida e que emergem sentimentos como perda, luto, anseio, preocupação e necessidade de cuidado.

Arriscamos dizer que a afirmação política de que não exista bifobia traz em seu bojo uma



segunda: que pessoas bissexuais não existem, que não devem existir. Assim, no discurso bifóbico, o sujeito bi ideal é precisa e paradoxalmente o que é homossexual ou heterossexual, visto que tudo aquilo que o caracteriza como bissexual é distorcido, menosprezado ou apagado. Além disso, as pessoas monossexuais que recusam a existência de pessoas bi veem a si mesmas como sujeitos capazes de definir os termos do que é ou não violência, de qual modo deve ser chamada e em quais circunstâncias, ainda que não vivenciem a experiência bissexual. Para além de uma verdade estanque e simplificada do “só pode falar quem vive”, nossa crítica se estende ao fato de que os discursos monossexistas não costumam levar em consideração a importância da escuta da fala dos sujeitos que vivenciam determinada violência (reconhecimento básico para quaisquer parcerias políticas). Dessa forma, o que emerge acaba por partir de um recorte colonial da sexualidade, em que se diz de um outro cuja fala é tida como ruído (LUGONES, 2014). Essa relação de saber-poder ao mesmo tempo que localiza pessoas bi como “sujeitos que não sabem”, posiciona pessoas monossexuais como aquelas que sabem mais e melhor, um contraste de valor que hierarquiza as diferentes falas. Nesse sentido, as bissexualidades parecem por vezes ocupar um lugar de abjeção (BUTLER, 2002), em que o discurso, a sexualidade e a subjetividade das pessoas bissexuais são negadas e consideradas como inexistentes pela ordem monossexual.

Pensamos que as políticas identitárias, quando perdem de vista que a identidade deve ser uma ferramenta estratégica e não uma colagem enrijecida em uma suposta verdade do corpo, operam de modo colonial. Isso se dá na medida em que o dogmatismo identitário acaba por produzir alianças quase exclusivamente narcísicas, autorreferentes, que se tornam ponto de partida e de chegada para quaisquer agendas políticas. Se nesse formato a aparência é o que define o vínculo de solidariedade, a diferença (construída como tal) se torna uma ameaça, como comentamos acima e, com isso, há um afastamento de qualquer compromisso de responsabilidades éticas (BUTLER, 2015). Nesse formato de definição de si e do outro, a responsabilidade acaba por se restringir apenas àqueles sujeitos que se assemelhariam a nós. Diz Butler (2015):

quais enquadramentos implícitos da condição de ser reconhecido estão em jogo quando ‘reconheço’ alguém ‘parecido’ comigo? Que ordem política implícita produz e regula a semelhança nesses casos? Qual é a nossa responsabilidade em relação àqueles que não conhecemos, em relação àqueles que parecem testar nosso senso de pertencimento ou desafiar normas disponíveis de semelhança? (BUTLER, 2015, P. 61).

Considerada por muitos como uma fase, a bissexualidade costuma não ser reconhecida como sexualidade completa, assim, não é raro que haja uma relativa aceitação nos movimentos LGBT quando



uma pessoa homossexual narra que, em sua trajetória de vida, a bissexualidade foi um passo que antecedeu o verdadeiro saber (a escolha definitiva e concreta de uma monossexualidade) (LEWIS, 2012). Por outro lado, é menos comum que observemos que pessoas bissexuais tenham escuta e acolhimento se narrarem a homossexualidade, por exemplo, como uma fase para a bissexualidade. Notamos aqui que há uma hierarquia, um degrau de sexualidade, em que a bissexualidade seria tida como anterior/inferior à homossexualidade e, nesse caso, essa como propósito último.

Erotização das bissexualidades: o outro como ameaça

Além do apagamento e do não reconhecimento das bissexualidades, outra questão que aparece com frequência nos discursos bifóbicos é a relação estrita que pessoas monossexuais fazem entre bissexualidades e “promiscuidade”. É comum, por exemplo, pessoas bissexuais serem erotizadas, fetichizadas e associadas à não monogamia, à *ménage à trois*, à infidelidade e à transmissão de ISTs (CAVALCANTI, 2007). Tratar a bissexualidade como uma sexualidade “promíscua” e “perversa” parece estar bastante relacionado com os discursos que vêm regulando as práticas sexuais desde o século XVII. Para Foucault (1988), tanto o cristianismo como os Estados e a Ciência têm prescrito regras que reforçam um modelo de sexualidade baseado na monogamia, na procriação, no casamento e na heterossexualidade, fazendo com que tudo aquilo que escape desse modelo seja visto como ininteligível, “promíscuo” e “perverso”.

Além disso, no caso da bissexualidade, a mídia e a pornografia tradicional parecem estar bastante envolvidas na produção imaginária de uma bissexualidade “promíscua” e ameaçadora. Desde o século XVIII até os dias de hoje, a bissexualidade, em especial a feminina, tem sido objetificada e fetichizada pela pornografia escrita, desenhada, fotografada e filmada. Uma imagem da mulher bissexual hiperssexualizada e disposta a realizar as diversas fantasias do espectador homem cisgênero heterossexual, em especial a fantasia do *ménage à trois* (prática sexual entre três pessoas), tem sido produzida à exaustão. Essa imagem da bissexualidade tem feito com que mulheres bissexuais sejam facilmente erotizadas e se tornem objetos de assédio e violência sexual (EISNER, 2013; COREY, 2017). Além disso, essa associação entre “promiscuidade” e bissexualidade tem reforçado o mito de que pessoas bissexuais são vetores de IST e de que as mesmas se constituem como uma ameaçada às pessoas monossexuais.

Conforme vimos anteriormente, a aids sempre foi associada com a população LGBT. No Brasil, desde os anos 1980, os homens bissexuais foram associados à imagem de homens casados que traíam



suas mulheres com outros homens levando o HIV para o mundo heterossexual. Mesmo atualmente, as bissexualidades continuam sendo associadas a “vetores de doenças” inclusive no movimento LGBT. Para muitas lésbicas, por exemplo, mulheres bissexuais são consideradas como potenciais transmissoras de ISTs por se relacionarem com homens cisgêneros (FACCHINI, 2004). Parecer haver uma crença de que pessoas bissexuais se envolvem sexualmente com diversas parceiras e parceiros de maneira irresponsável, contraindo infecções e as transmitindo para pessoas monossexuais.

Pensamos que localizar certo grupo (bissexuais) como ameaçador é parte da conta ética da violência, posto que, uma vez (supostamente) ameaçado, o grupo poderia reivindicar o extermínio dessa ameaça, erguendo barreiras diante da suposta e iminente “invasão” desse outro. Essa forma de conceber a alteridade não passa por um reconhecimento de mútua dependência no quadro da precariedade, mas por um engessamento das fronteiras do eu/nós (seres a serem protegidos) e eles/outros (seres ameaçadores cuja vida não careceria de proteção, mas de ataque) (BUTLER, 2015).

O que parece também estar em jogo são regimes de verdade (FOUCAULT, 2014b) que estabelecem quais sexualidades são mais legítimas e que determinam quais discursos e experiências serão acolhidos e entendidos como verdadeiros. Essa relação entre sexualidade e verdade tem sido estabelecida desde o século XIX e XX por meio da medicina, do Estado e da Igreja, instituições essas que têm delimitado ao longo do tempo as margens do que seriam sexualidades normais e desviantes. No entanto, o que percebemos atualmente é que os próprios movimentos LGBTs têm estabelecido critérios que distinguem quais sexualidades terão mais legitimidade ou não.

Essas questões podem ser pensadas a partir da noção de homonormatividade, que tem sido descrita como uma incorporação das normas heterossexuais e das práticas reguladoras nos próprios movimentos lésbicos e gays (OLIVEIRA, 2013). Isto é, as normas da matriz heteronormativa, que estabelecem o que deve ser entendido como uma “verdadeira sexualidade” (BUTLER, 2003), parecem ser atualizadas por esses movimentos, de modo a deslegitimar outras sexualidades possíveis.

Se observarmos a questão das bissexualidades, por exemplo, percebemos que as mesmas costumam ser ininteligíveis e consideradas como falhas pelas normas presentes no contexto heterossexual e homossexual. Assim, sob a lente de um regime de verdade monossexual, a sexualidade das pessoas bissexuais costuma ser erotizada, entendida como falsa e inexistente, ao mesmo tempo em que suas práticas e discursos são marginalizados, silenciados e excluídos.



Considerações finais

Considerando as questões problematizadas neste artigo, pensamos que as problemáticas do monossexismo e da bifobia não dizem respeito apenas às pessoas bi, mas à construção subjetiva de todas as outras sexualidades, orientações sexuais, identidades. Isso porque não podemos pensar nenhuma identidade como estando desconectada das relações que a todo tempo estabelece com as demais. Nesse sentido, pontuamos que, na colonialidade, é muito comum que a binarização dos afetos, desejos e da própria moral costumem incidir em uma positivação de si às custas da negativação daqueles que são compreendidos como um outro-resto. Nesse cenário, acreditamos que a bissexualidade ocupe um lugar especialmente frágil, visto que não traz consigo as mesmas certezas binárias que outras sexualidades usam para se firmarem no terreno identitário.

Apostamos que o questionamento e a desestabilização dos pilares da estrutura monossexista podem vir a beneficiar não apenas pessoas bissexuais, mas também heterossexuais, lésbicas e gays, considerando que a lógica binária e colonial produz um engessamento das experiências e um afunilamento do campo de afetações, trocas e partilhas horizontais. São desafios que se colocam, mas, como disse Butler (2013, p. 28):

Se há um medo de que, por não ser mais capaz de tomar como certo o sujeito, seu gênero, seu sexo ou sua materialidade, o feminismo vá afundar, talvez seja interessante examinar as consequências políticas de manter em seus lugares as próprias premissas que tentaram assegurar nossa subordinação desde o início.

Como argumentamos, a binarização das sexualidades compõe uma agenda colonial que não se desloca da dicotomia do próprio gênero, do alinhamento homem-mulher e do suposto desejo heteronormativo que haveria nesse *continuum* (LUGONES, 2014). Essa diferença colonial não diz respeito apenas ao gênero, mas também à formação do binarismo racial, de classe, de deficiência e outros tantos. Dessa forma, não percebemos o monossexismo como um processo à parte dessas outras redes que produzem dicotomias coloniais, nem defendemos que a bissexualidade seria essencialmente anticolonial, mas acreditamos que há especificidades políticas que a enquadram em precariedades específicas. Um exemplo desses cruzamentos coloniais são os pontos de encontro nas racionalidades que sustentam que os corpos não-brancos seriam essencialmente promíscuos, não confiáveis, sujos (vetores de doenças sexuais); ou seja, argumentos que lembram, desde outros pontos de partida, os discursos bifóbicos.



Nesse cenário, como convida Lugones, é importante lembrar que “estamos nos movendo em um tempo de encruzilhadas, de vermos umas às outras na diferença colonial construindo uma nova sujeita de uma nova geopolítica feminista de saber e amar” (LUGONES, 2014, p. 951). É com esse convite que finalizamos provisoriamente o debate, apostando na potência das alianças não autorreferentes para o combate às lógicas monocentradas de viver.

Nota de fim

Este artigo é inspirado em parte na dissertação de mestrado de Melissa Bittencourt Jaeger, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação de Maria Juracy Filgueiras Toneli e coorientação de João Manuel de Oliveira.

Referências

- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada: velho testamento e novo testamento*. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.
- BI-SIDES. Construindo a história do movimento bissexual brasileiro [Site Bi-sides]. Recuperado de <http://bisides.com/index.php/2014/08/04/construindo-a-historia-do-movimento-bissexual-brasileiro/>. 2014.
- BUTLER, Judith. Em: Prins, B. e Meijer, I. Entrevista com Judith Butler. Como os corpos se tornam matéria. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n.1, p. 155-167. 2002.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 11-42. 2013.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALLIS, April. S. Playing with Butler and Foucault: Bisexuality and Queer Theory. *Journal of Bisexuality*, v. 9, n. 3-4, p. 213-233. 2009.
- CAVALCANTI, Camila D. *Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2007.



- COREY, Sarah. All bi myself: Analyzing television's presentation of female bisexuality. *Journal of Bisexuality*, v. 17, n. 2, p. 190-205. 2017.
- DA MATA, Giselle M. As práticas “homossexuais femininas” na antiguidade grega: uma análise da poesia de safo de lesbos (século VII a.c). *Alétheia - Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo*, v. 1. 2009.
- EISNER, Shiri. *Bi: Notes for a bisexual revolution*. Berkeley: Seal, 2013.
- ERICKSON-SCHROTH, Laura & MITCHELL, Jennifer. Queering queer theory, or why bisexuality matters. *Journal of Bisexuality*. V. 9, n. 3-4, p. 297-315. 2009.
- FACCHINI, Regina. Bissexualidade em movimento [Post do Blog Espaço B]. Recuperado de <http://blog-espaco-b.blogspot.com.br/2010/06/bissexualidade-em-movimento-agosto-de.html>. 2004.
- FLANDERS, Corey E. Under the bisexual umbrella: diversity of identity and experience. *Journal of Bisexuality*, v. 17, n. 1, p. 1-6. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOOß, Ulrich. Concepts of bisexuality. *Journal of Bisexuality*, v. 8, n. 1-2, p. 9-23. 2008.
- JUNQUEIRA, Rogério. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In. JUNQUEIRA, Rogério. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In. MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 1-25.
- LEWIS, Elizabeth S. “Não é uma fase”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. V. 22, n. 3, 2014, p. 935-952.
- MACHADO, Paula S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, v. 24, 2015, p. 249-281.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento passa a usar nomenclatura "IST" no lugar de "DST". [Notícias do Site do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Ministério da Saúde]. Recuperado de <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>. 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral* (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- POSSAMAI, Paulo César. Sexo e poder na Roma Antiga: o homoerotismo nas obras de Marcial e Juvenal. *Revista Bagoas*. V. 5, 2010, p. 79-94.
- POSSO, Jeanny L., & FURCIA, Ange La. El fantasma de la puta-peluquera: Género, trabajo y estilistas trans en Cali y San Andrés Isla, Colombia. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. v. 24, 2016, p. 172-214.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Testo yonqui*. 3 ed. Barcelona: Espasa Libros, 2015.
- ROSS, Lori E., DOBINSON, Cheryl, & EADY, Allison. Perceived determinants of mental health for bisexual people: a qualitative examination. *Am J Public Health*. V. 100, n. 3, 2010, p. 496–502.
- SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença na masculinidade bissexual*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.



TONELI, Maria. Juracy. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, A. M., e SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

RIOS, R. Roger. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In. Org. JUNQUEIRA, Rogério. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, 2009.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão das bolsas de mestrado e doutorado de Melissa Bittencourt Jaeger e Geni Nuñez Longhini, o que possibilitou a realização deste artigo.

